



Cartágua – Águas do Cartaxo, S.A.

Relatório e Contas 2015

cartagua 



Handwritten blue ink marks on the right margin, including a stylized 'W' or 'M' at the top, a vertical line with a horizontal bar, and a large 'X' or scribble at the bottom.

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	15
3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	21
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	41

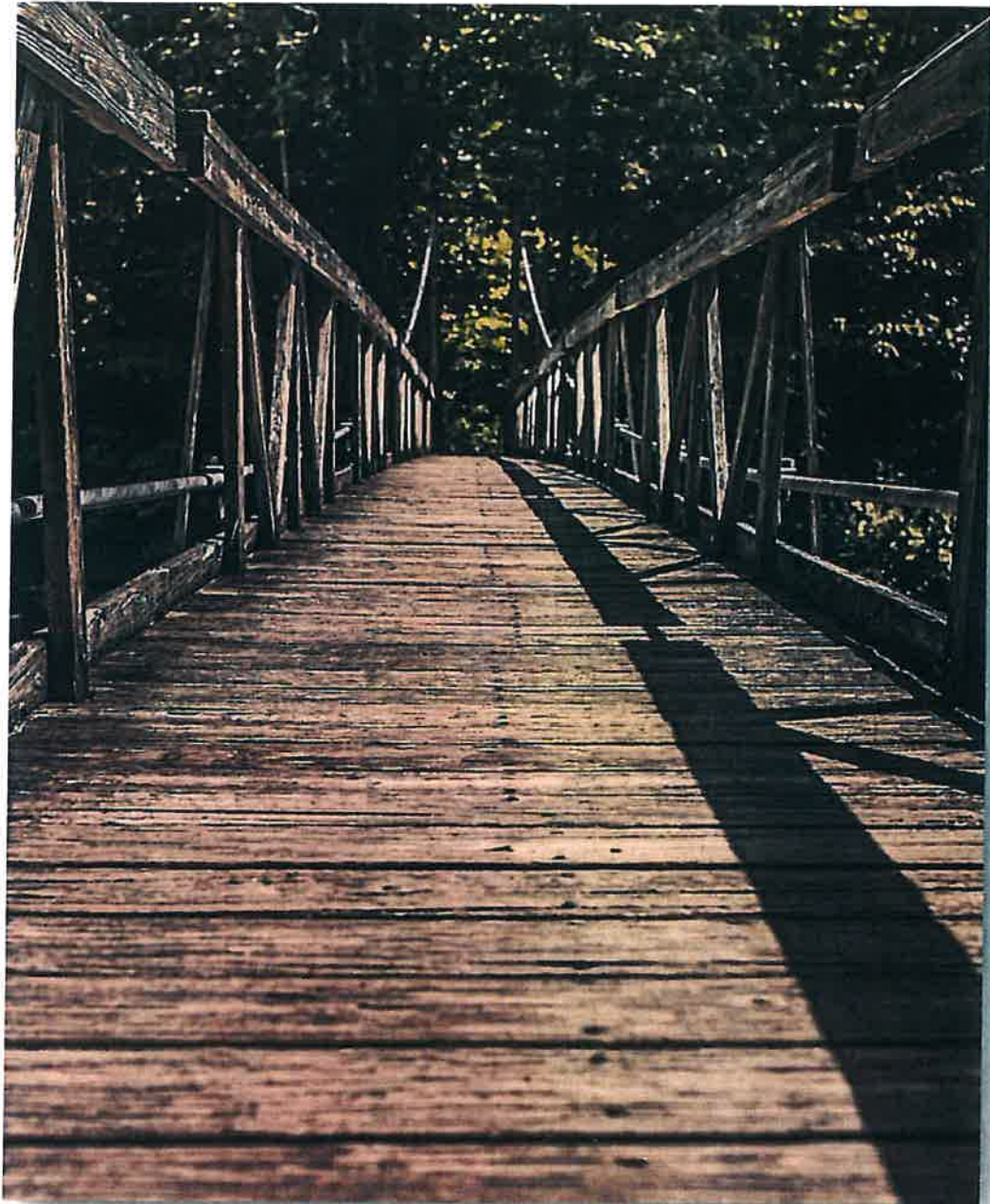


Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respetivos anexos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.



Handwritten blue ink marks on the right margin, including a checkmark, a wavy line, and some illegible scribbles.



1. RELATÓRIO DE GESTÃO



W

S
H
/



ATIVIDADE DA EMPRESA

A Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Cartaxo, por contrato celebrado a 18 de março de 2010, com o Município do Cartaxo, e por um período de 35 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Cartaxo, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as

instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

EVENTOS RELEVANTES

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge quase 14 milhões de euros, a preços correntes. O valor total do investimento referido, deverá realizar-se durante os primeiros seis a oito anos de Concessão.

Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a Cartágua irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente no valor de mais de 6,7 milhões de euros.

Rubricas do Plano de Investimento em Execução

Rede coletora de Casais da Amendoeira

No primeiro semestre de 2015, deu-se continuidade à construção da rede de drenagem de águas residuais domésticas de Casais da Amendoeira e Casais Penedos.

Nos meses compreendidos entre janeiro e junho de 2015 foram construídos na localidade de Casais da Amendoeira 620,20 m de coletor DN 200, 26m de conduta elevatória DN110 (ligação da elevatória existente a caixa), 72 ramais domiciliários e instalaram-se três estações elevatórias (EE G, EE F e EE E).

No semestre em análise foram ainda construídos 1.087 m de rede coletora de águas residuais DN 200, na Rua Pinhal do Bairro, em Pontével e 40 ramais domiciliários.

Nos meses compreendidos entre janeiro e junho de 2015, procedeu-se ainda à pavimentação de 1.158 m².



2
H 5
/

ETAR de Valada

A Cartágua iniciou o processo de tratamento de águas residuais na ETAR de Valada a 16 de dezembro de 2014. Tendo o Município do Cartaxo adquirido o dobro do terreno que se encontrava inicialmente afeto à ETAR, havia a necessidade de se implantar uma vedação de proteção, uma vez que parte da instalação não tinha restrições de acesso, sendo assim promovida a segurança de bens e pessoas.

Rede coletora de Vale da Pinta

No decorrer do segundo semestre de 2015, iniciou-se a construção da rede de drenagem de águas residuais domésticas e sistema intercetor de Vale da Pinta.

Nos meses compreendidos entre julho e dezembro de 2015, foram construídos 30 ramais domiciliários, 1.655 m de rede coletora DN 200 mm, 790 m de conduta elevatória DN 110 mm e 1.591 m DN 160 mm.

De referir que, a pavimentação dos locais intervencionados, assim como a instalação de três estações elevatórias irão decorrer no primeiro semestre 2016.

Plano de Investimentos Executado

O investimento em infraestruturas realizado durante o ano de 2015 foi de 570.205,50 euros, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido no final de 2015 o montante acumulado de 5.000.273,08 euros, o qual, face ao valor definido como obrigatório (10.143.369,00 euros), apresenta uma percentagem de realização de cerca de 50%.

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas realizado pela Cartágua no final de dezembro de 2015 foi o que se apresenta no quadro seguinte:

Abastecimento	Cartaxo, Vila Chã de Ourique	Alta	395.424,77
		Baixa	862.537,34
	Pontével, Casais Amendoeira, Casais Lapa	Alta	320.564,72
		Baixa	190.183,14
	Valada, Porto Muge, Reguengo	Alta	74.329,00
	Vale da Pedra	Alta	365.927,00
	Sub-total		2.208.965,97
Saneamento	Cartaxo, Vila Chã de Ourique	Alta	527.163,00
		Baixa	436.949,77
	Pontével, Casais Amendoeira, Casal Penedo, Vale da Pinta	Baixa	1.566.368,43
		Vale da Pedra, Casal Lagartos	Baixa
	Valada, Porto Muge	Alta	85.889,00
		Baixa	3.000,00
	Eira, Lapa	Baixa	8.609,84
	Outros		125.327,07
	Sub-total		2.791.307,11
	Total		5.000.273,08



Handwritten notes in blue ink, including a checkmark and some illegible scribbles.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias da Cartágua.

No primeiro semestre foram realizadas auditorias internas ao Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho de Cartágua, assim como analisados e avaliados os riscos profissionais associados a todas as tarefas desenvolvidas.

A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida é feita com uma periodicidade anual e também sempre que se verificar qualquer alteração.

Com o objetivo de implementar e obter a certificação da norma OHSAS 18001, a Cartágua no decorrer de 2015 procedeu à realização das seguintes ações:

- Colocação de PRVF em diversas instalações, nomeadamente:
 - Estação elevatória de águas residuais do Olho de Elias;
 - Estação elevatória de águas residuais de Valada;
 - ETAR de Reguengo;
 - Furo de captação AC 1;
 - Furo de captação AC 5;
 - Central das Pratas.
- Aquisição e instalação de linha de vida no reservatório elevado da Central das Pratas;
- Colocação de sinalização de segurança em todas as instalações.



A Cartágua desenvolveu no decorrer do ano 2015, o processo para obtenção da certificação de conformidade do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho de acordo com a Norma OHSAS 18001, tendo obtido a Certificação em novembro 2015.

CONTROLO DE PRAGAS

O plano de controlo de pragas de todos os locais, afetos ao sistema de distribuição de água para consumo humano e recolha e tratamento de águas residuais, é efetuado com uma periodicidade bimensal.

A Cartágua com este procedimento elimina possíveis pragas nas suas instalações, garantindo uma melhor qualidade do seu sistema.



Handwritten signature or initials in blue ink.

SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE E AMBIENTE

A Cartágua desenvolveu no decorrer do ano 2013, o processo para obtenção da certificação de acordo com as Normas ISO 9001 e ISO 14001, tendo obtido a Certificação em janeiro 2014.



No dia 4 de maio de 2015 foi realizada a auditoria interna ao sistema de gestão da qualidade e ambiente. No dia 2 de novembro de 2015 realizou-se a auditoria externa de acompanhamento pela entidade certificadora LusAenor, para verificação e determinação do grau de cumprimento dos requisitos estabelecidos no sistema de gestão implementado, com respeito às normas de referência (ISO 9001 e ISO 14001).

ASPETOS TÉCNICOS

Qualidade da Água Distribuída

Qualidade de água para consumo humano

A Cartágua de forma a monitorizar a qualidade da água distribuída realizou, no decorrer do ano de 2015, análises em conformidade com o descrito no Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e elaborado de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei nº 306/2007 de 27 de agosto.

O controlo da qualidade da água captada, nos cinco furos de captação, é assegurado com recolhas de amostras realizadas com uma periodicidade trimestral.



Além de realizar o controlo previsto no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a Cartágua realiza diariamente um controlo operacional por forma a verificar os níveis de cloro (livre e total) em toda a extensão do sistema de abastecimento e detetar possíveis anomalias. Assim, é possível implementar com a maior brevidade possível as medidas eficazes para controlo de eventuais incumprimentos. Neste controlo operacional são realizadas anualmente mais de 2.000 análises *in situ*.

A Cartágua, na qualidade de entidade gestora de um sistema de abastecimento de água destinada ao consumo humano, está obrigada a cumprir o PCQA, com a definição de campanhas de amostragem e análise (respetivas frequências e pontos de amostragem), aprovado pela ERSAR. Em 2015 foram analisados 703 parâmetros.

Qualidade das águas residuais

No que se refere às Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), estão a ser monitorizadas de acordo com o plano de controlo definido nas licenças de exploração, emitidas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) ou na ausência em conformidade com o disposto na legislação em vigor.



Volumes de Água Comprada e Captada

No ano de 2015 a Cartágua captou um volume de água de 1.357.759 m³ através dos seus 5 furos de captação. No que diz respeito a água comprada, esta totalizou um volume de 147.550 m³.

Volume Faturado

No que respeita aos metros cúbicos de água faturados, a Cartágua faturou em 2015, um total de 1.220.508 m³.

Interrupções de Funcionamento Planeadas e não Planeadas

Em 2015 o número de intervenções planeadas nos sistemas concessionados foi de 46 interrupções.

O número de intervenções não programadas em ramais de abastecimento e saneamento, condutas e coletores perfazem um total de 346, divididas em 140 em ramais, 184 em condutas e 22 em outras intervenções.

Volume de água residual recolhida e tratada

No decorrer do ano, as ETAR do Cartaxo recolheram um total de 497.864,10 m³ de águas residuais e trataram cerca de 571.881,20 m³.

De salientar que para o cálculo de águas residuais recolhidas, não está a ser contabilizado o caudal de entrada na ETAR de Reguengo, uma vez que não está instalado um caudalímetro à entrada desta infraestrutura.

INSTALAÇÃO DE CONTADORES

A renovação do parque de contadores do concelho do Cartaxo evita a existência de erros na medição dos volumes de água distribuída, garantindo a cada cliente, que lhe seja faturada a quantidade de água que efetivamente consome.

No que respeita ao ano de 2015 foram substituídos 259 contadores.

REABILITAÇÃO DA REDE DE ÁGUA E DE ÁGUAS RESIDUAIS

No decorrer do ano de 2015, procedeu-se à substituição de 1.684 m da rede de abastecimento, construíram-se 28 novos ramais e substituíram-se 64 ramais.

Relativamente à rede de drenagem de águas residuais, em 2015 construiu-se 1.388 m de rede de drenagem de águas residuais e 109 novos ramais.

LIMPEZA DE REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS

Constitui um dos principais objetivos da Concessionária a manutenção da rede coletora do concelho do Cartaxo, pelo que a limpeza da rede é efetuada com uma periodicidade mínima semestral.

As limpezas na rede coletora são realizadas, principalmente, nas estações da primavera e outono evitando desta forma as obstruções na rede, ramais e descarregadores de tempestade. Todas as limpezas são realizadas com camiões combinados que têm uma elevada capacidade de aspiração e de limpeza.



Handwritten notes in blue ink, including a checkmark, a vertical line, and a scribble.

Entre os meses de janeiro e dezembro de 2015 realizaram-se 35 limpezas à rede coletora e emissários, 19 manutenções preventivas aos descarregadores de tempestade e 33 limpezas/desobstruções a ramais domiciliários.

Em 2015, a manutenção preventiva realizada na rede de drenagem de águas residuais teve uma extensão de 12.640 m.

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Cartágua assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do município de Cartaxo, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* dos seus acionistas, a Cartágua apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Cartágua tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Cartaxo, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS



A política de gestão de recursos humanos da Cartágua é definida em relação direta com a estratégia de ambos os grupos acionistas, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a Cartágua procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no exercício findo em 2015 de 23 pessoas.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Cartágua espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço privado de cariz essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.



W
PL W
H
*

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela Cartágua no ano de 2015, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas.

Damos nota, que a empresa aplicou as normas IFRS para o exercício de 2015.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 3.379 milhões de euros (2.809 milhões de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 570 milhões de euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o exercício atual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 5,32% (de 2.666.606,68 euros em 2014 para 2.808.513,83 euros em 2015), e, a rubrica de proveitos originados pela aplicação da IAS 11, diminuiu a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise em cerca de 10,02% (de 633.680,48 euros em 2014 para 570.205,51 euros em 2015).

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Cartágua foi em 2015 de 3.378.100,60 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 3.427.411,66 euros, representa um decréscimo de 1,44%.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados do inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 132.916,29 euros, representando 3,93% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 79.199,76 euros, representando então cerca de 2,31% do total dos gastos do exercício. A variação entre os dois exercícios, da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de 67,82%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção) registou 1.254.885,25 euros, representando cerca de 37,15% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 1.213.210,75 euros, representando então cerca de 35,40% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de 3,44%.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2015, contribuiu para 16,88% dos gastos totais, o equivalente a 570.205,51 euros para o período em análise.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 392.450,61 euros, representando cerca de 11,62% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior, a mesma rubrica registava 401.703,23 euros, representando então cerca de 11,72% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal foi de -2,30%.

A Cartágua registou em 2015 dívidas incobráveis no montante de 40.228,19 euros e perdas por imparidade no valor de 11.504,73 euros.

A rubrica de outros gastos e perdas registou em 2015, o montante de 85.175,52 euros (2,52% do total dos gastos do período), tendo registado em 2014 o valor de 42.210,57 euros (1,23% do total dos gastos do período). A variação entre os exercícios nesta rubrica apresentou um acentuado acréscimo de



101,79%, para o qual contribuiu o aumento dos serviços bancários no montante de aproximadamente 53.000 euros.

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações registou uma variação pouco expressiva, apresentando cerca de 576.309,20 euros, para o período em análise, face a 581.768,14 euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respetivamente 17,06% e 16,97%, sendo a sua variação entre períodos de -0,94%.

O montante de Juros de financiamentos obtidos diminuiu face ao ano anterior. No exercício de 2015, esta rubrica apresentou um valor de 298.115,86 euros, tendo no exercício anterior, atingido o valor de 431.404,58 euros.

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Cartágua foi em 2015 de 3.382.986,73 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 3.310.706,54 euros, representa um acréscimo de 2,18%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2015 cerca de 2.808.513,83 euros, que comparado com o exercício anterior revela um acréscimo de 5,32% face ao valor de 2.666.606,68 euros.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2015 com 570.205,51 euros, face ao valor de 633.680,48 euros apresentado no período anterior.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos, que registou no período em análise 4.267,39 euros, reflete, o montante de 40.228,19 euros de recuperação de dívidas a receber e 4.267,39 euros de Outros rendimentos não especificados. A mesma rubrica, registava em 2014 o valor de 10.419,38 euros.

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício, que ascende a 24.918,92 euros, representa um aumento significativo face ao exercício anterior, no qual o mesmo se apresentou negativo no valor de -111.616,50 euros.

Evolução dos Capitais Próprios

A rubrica de capitais próprios da Cartágua sofreu um incremento, devido ao resultado líquido positivo do corrente exercício.

Apesar do ambiente macroeconómico difícil, a Cartágua encontra-se confiante na sua estratégia para enfrentar os desafios existentes e para alcançar o seu compromisso de crescimento sustentável,

Embora muito dependentes da atual conjuntura económica nacional, os resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

No atual contexto macroeconómico, as perspetivas elaboradas para 2016 e anos seguintes, embora difíceis de alcançar, mantêm-se válidas.



W
 W
 H
 *

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 895.620,63 euros relativamente ao período em análise, apresentando um decréscimo de 3,54% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, uma diminuição de 7,91%, situando-se no final de 2015 em 319.311,43 euros.

	Ano 2015	Ano 2014
Rentabilidade do ativo total	0,13%	(0,57%)
Rentabilidade dos capitais próprios	1,32%	(5,99%)
Rentabilidade das vendas	0,74%	(3,38%)
EBITDA	895 620,63 €	928 510,95 €
EBIT	319 311,43 €	346.742,81 €

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, em especial nos dois últimos anos, reflete uma tendência de alguma estabilidade entre as principais rubricas: ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 19.428.040,99 euros em 2014 para 19.182.113,10 euros em 2015.

Em termos desagregados, os capitais próprios passaram de 1.863.623,11 euros em 2014 para 1.888.542,03 euros em 2015, tendo incrementada a sua importância na estrutura de capitais, passando de 9,59% para 9,85%, conjuntamente com uma diminuição do valor do passivo, de 17.564.417,88 euros em 2014 para 17.293.571,07 euros em 2015.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2015, em termos percentuais, um acréscimo na variação dos mesmos face ao ano de 2014:

	Ano 2015	Ano 2014
Capitais próprios	1 888 542,03 €	1 863 623,11 €
Passivo total	17 293 571,07 €	17 564 417,88 €
Passivo corrente	12 150 475,38 €	11 177 427,47 €
Ativo total	19 182 113,10 €	19 428 040,99 €
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	9,85%	9,59%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	10,92%	10,61%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	90,15%	90,41%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	70,26%	63,64%

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.



EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Cartágua continua o seu mandato para o triénio 2016-2018 com um elevado sentido de responsabilidade que decorre do reconhecimento de que o difícil contexto nacional e internacional em que vivemos terá, inevitavelmente, consequências para a gestão da empresa.

Reconhecendo porém, que também nas crises surgem oportunidades, a Administração da Cartágua está determinada em aproveitar os tempos difíceis que atravessamos para implementar reformas que conduzam a uma maior redução de custos e a uma maior eficiência nos serviços prestados.

Alicerçados na experiência dos grupos empresariais a que pertence, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos, e na competência dos seus trabalhadores, encaramos o futuro da Cartágua com muito otimismo e confiança.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido positivo do período, que ascendeu a 24.918,92 euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal:	1.245,95 euros
Para Outras Reservas:	23.672,97 euros



AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Cartágua aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Cartaxo, aos 31 de março de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos António Cordeiro da Conceição
Presidente

Luis Francisco de Lope Alonso

Vogal

Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal

Júlio de Jesus Bento

Vogal

Artur António Baptista Vidal

Vogal



2
W
H
A
*



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



H
W
S
H
A
*

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

	NOTAS	2015	2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2, 6	13 963,60	22 278,86
Ativos intangíveis	3.3, 6	16.947.102,50	17.515.096,44
Outros ativos financeiros		55,50	55,50
Ativos por impostos diferidos	3.4, 7	263 592,35	195 179,88
sub-total		17.224.713,95	17.732.610,68
Ativo corrente			
Inventários	3.5	48 606,82	55 425,15
Clientes	3.7, 9	381 067,55	676 380,11
Estado e outros entes públicos	3.7, 8	187 755,70	213 348,37
Outras contas a receber	3.7, 9	116.942,99	130.151,12
Diferimentos	3.7, 10	29 667,62	29 667,84
Caixa e depósitos bancários	3.7, 11	1.193 358,47	590 457,72
sub-total		1.957.399,15	1.695.430,31
Total do ativo		19.182.113,10	19.428.040,99
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	3.6, 14	1 850 000,00	1 850.000,00
Reservas legais	3.6, 14	19 439,94	19 439,94
Outras reservas	3.6, 14	314,08	314,08
Resultados transitados	3.6, 14	(6 130,91)	105 485,59
Resultado líquido do período	3.6, 14	24 918,92	(111.616,50)
Total do capital próprio		1.888.542,03	1.863.623,11
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3.9, 6	5 143 095,69	5 713 301,20
Outras contas a pagar	3.7, 13	0,00	673 689,21
sub-total		5.143.095,69	6.386.990,41
Passivo corrente			
Fornecedores	3.7, 13	2 561 127,32	2 107 820,87
Estado e outros entes públicos	3.7, 8	84 819,59	16 524,80
Acionistas/sócios	3.7, 12	5 975 000,00	5 975 000,00
Outras contas a pagar	3.7, 13	3.529 528,47	3 078 081,80
sub-total		12.150.475,38	11.177.427,47
Total do passivo		17.293.571,07	17.564.417,88
Total do capital próprio e do passivo		19.182.113,10	19.428.040,99



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2015	2014
Vendas e serviços prestados	15	3 378 719,34	3 300 287,16
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(132 916,29)	(79.199,76)
Fornecimentos e serviços externos	17	(1 825 090,76)	(1 846 891,23)
Gastos com o pessoal	18	(392.450,61)	(401 703,23)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9, 20	(51 732,92)	(12.190,80)
Outros rendimentos e ganhos	19	4 267,39	10.419,38
Outros gastos e perdas	20	(85.175,52)	(42.210,57)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		895.620,63	928.510,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(576 309,20)	(581 768,14)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		319.311,43	346.742,81
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	22	(314 425,30)	(463 447,93)
Resultado antes de impostos		4.886,13	(116.705,12)
Imposto sobre o rendimento do período	23	20 032,79	5.088,62
Resultado líquido do período		24.918,92	(111.616,50)



2
H S
A
X

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

RUBRICAS	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	4 475.192,74	5 016.499,94
Pagamentos a fornecedores	(2.290.251,45)	(1 950 626,98)
Pagamentos ao pessoal	(401.368,55)	(399 228,29)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	19 559,18	(261 620,73)
Outros recebimentos/pagamentos	(124.029,88)	(80.376,02)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	1.679.102,03	2.324.647,92
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(45 890,45)	(694,00)
Ativos intangíveis	(715 864,30)	(1 830.093,90)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(761.754,75)	(1.830.787,90)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(314.446,53)	(464.702,99)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(314.446,53)	(464.702,99)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	602.900,76	29.157,03
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	690.467,72	561.300,68
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.193.358,47	590.457,72



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO									Resultado líquido do período	Total	
	Capital nominal	Presteções suplementares e outros instrumentos de capital	Ações (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de ativos fixos	Ajustamentos ao valor de ativos financeiros			Resultados acumulados
Posição no início do período	1.850.000,00				19.439,94	314,08			105.485,59	(111.616,50)	1.863.623,11
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados									(111.616,50)	111.616,50	
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio	1.850.000,00				19.439,94	314,08			(6.130,91)		1.863.623,11
Resultado líquido do período										24.918,92	24.918,92
Posição no fim do período	1.850.000,00				19.439,94	314,08			(6.130,91)	24.918,92	1.888.542,03



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Em euros										
	Capital nominal	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital	Ações (quotas) próprias	Prêmios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de ativos fixos	Ajustamentos ao valor de ativos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	1.850.000,00				78,51	314,08			(261.827,54)	387.228,64	1.975.793,69
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados					19.361,43				367.313,13	(387.228,64)	(554,08)
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio	1.850.000,00				19.439,94	314,08			105.485,59		1.975.239,61
Resultado líquido do período					19.439,94	314,08			105.485,59	(111.616,50)	(111.616,50)
Posição no fim do período	1.850.000,00				19.439,94	314,08			105.485,59	(111.616,50)	1.863.623,11

~~Sartáguas~~

p.20

~~Handwritten signatures and initials.~~



2
V
H
A
A



3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the number '21' and several illegible signatures.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A. é uma sociedade anónima com sede na Zona Industrial do Cartaxo, lote 20, em Vila Chã de Ourique, constituída em 18 de março de 2010, tendo como atividade principal a prossecução da Concessão da Exploração e Gestão Conjunta dos Serviços Públicos municipais de Abastecimento de Água para Consumo público e de Recolha e Rejeição de Efluentes Domésticos no Município de Cartaxo, incluindo esta atividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Diretrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Cartágua, apresentadas em anexo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com o SNC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS /IFRS"), tal como adotadas na União Europeia a 1 de janeiro de 2010, nas matérias omissas relativamente ao âmbito da aplicação do SNC.

3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma atividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.



As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71 emitido pelo FASB e a ED emitidas pelo IASB). Estas regras prescrevem que uma empresa deve reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

IFRIC 12

A Cartágua é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Cartaxo, pelo que a sua faturação depende integralmente dos consumos de água, que são por sua vez influenciados pelas condições meteorológicas, variação do número de consumidores/população, legislação e imposições do organismo regulador do setor de atividade, entre outros fatores.

A 12 de março de 2013 foi efetuada uma revisão ao contrato de concessão, tendo ficado acordado entre a Cartágua e o Município do Cartaxo, que o pagamento total da renda fixa a pagar à Concedente durante o período da concessão, se altera de 23 milhões de euros para o valor de 10,58 milhões de euros, tendo este contrato efeitos a partir do exercício económico de 2013.

A referida revisão contratual, alterou a cláusula 74.ª do contrato de concessão (Retribuição da concessão), tendo ficado previsto, o pagamento de uma retribuição anual à Concedente de valor definido até ao sexto ano de concessão, passando a partir do sétimo ano, a ser variável e calculada com base numa percentagem do montante faturado e cobrado, relativamente às tarifas fixas e variáveis dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas, que originou um ajustamento ao cálculo do ativo intangível e ao passivo financeiro associados ao contrato de concessão.

Desta forma, os registos contabilísticos tiveram por base os cálculos das retribuições fixas (durante os seis primeiros anos), considerando-se a partir do sétimo ano o valor como variável e totalmente dependente do rédito que a empresa vier a registar nesse momento.

Considerando que a base de cálculo dessa retribuição é a própria atividade operacional da empresa, considera-se custo operacional no ano em que se incorrer no mesmo. Consideramos ainda que a imprevisibilidade do setor de atividade ao qual está exposta a Cartágua gera incertezas significativas relativamente ao rédito que se venha a reconhecer a partir do sétimo ano, e até ao final do contrato de concessão, não sendo possível desta forma calcular fiavelmente a retribuição a pagar à Concedente no período em causa.

No âmbito da NCRF 6 e da IAS 38 Ativos Intangíveis, bem como da IFRIC 12 – Acordos de Concessão, procedeu-se à atualização do valor do ativo intangível resultante da renegociação do acordo de concessão, o qual apresentava em 31 de dezembro de 2014 um valor líquido contabilístico de 8.529.825,64 euros e que apresenta em 31 de dezembro de 2015 o valor líquido contabilístico de 8.251.679,15 euros.

De igual forma foi ajustado o passivo financeiro no âmbito da NCRF 27 e da IAS 39 – Instrumentos financeiros, bem como da IFRIC 12, o qual apresentava em 31 de dezembro de 2014 um valor contabilístico de 673.689,21 euros e que apresenta em 31 de dezembro de 2015 o valor contabilístico de 690.000,00 euros.



H
W
H
A
A

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário.

A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento total de 10,143 milhões de euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no Ativo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições atuais e construção de novas infraestruturas. O contrato de Concessão atualmente em vigor estabelece o pagamento de uma renda total fixa durante parte do período da concessão (6 anos, de 2010 a 2015) de 10,58 milhões de euros.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Cartágua reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, que se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

No momento do abate ou alienação serão calculados os ganhos ou perdas respetivos, face ao valor líquido dos bens, e serão registados como outros proveitos ou custos operacionais.



W
H N
A
/

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público.

No presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível.

O ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

3.4. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no Resultado líquido do período, em Outras Reservas ou em Excedentes de revalorização de ativos tangíveis ou intangíveis, consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.



2
H
F
/

3.5. INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo seja superior ao valor estimado de recuperação.

3.6. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital da entidade totalmente subscrito e realizado, era representado por 370.000 ações, com o valor nominal de 5,00 euros.

Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afetação decorre da deliberação dos detentores de capital.

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no exercício.

3.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros na empresa classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

Clientes

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o valor realizável líquido. As perdas por imparidade serão registadas quando existir informação objetiva da incobrabilidade da dívida.

Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.



W
H W
A

*

Outras contas a receber

As outras contas a receber incluem devedores por acréscimos de rendimentos, dívidas do pessoal e outros devedores, e encontram-se valorizadas ao custo.

Diferimentos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

Outras contas a pagar

As outras contas a pagar incluem, credores por acréscimos de rendimentos, fornecedores de investimento, dívidas ao pessoal e outros credores, e encontram-se valorizadas ao custo.

Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

3.8. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos períodos pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.



2
W
V
K
J
X

3.9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que a empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas em que se mantenha a possibilidade de afetar os períodos futuros, a empresa não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.

Quando se verificam ativos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

3.10. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos reversíveis da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento reversível definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos reversíveis visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

3.11. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de período, são refletidos nas demonstrações financeiras, enquanto os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

3.12. GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

O risco de crédito é muito limitado, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.



2
H
A

*

3.13. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Os valores estimados referentes aos ativos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. As revisões das estimativas em períodos seguintes são reconhecidas em resultados e são objeto da divulgação adequada à sua materialidade.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão da empresa efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de proveitos, custos, ativos, passivos e divulgações à data do reporte da informação financeira.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da empresa, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas ações que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes dos apresentados nestas estimativas.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, não ocorreram alterações significativas de estimativas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2014.

5. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte dos grupos FCC - Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., através da participação de 60.00% da empresa FCC Aqualia, S.A., e Lena, S.G.P.S., através da participação de 40.00% da empresa Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.

As contas da sociedade são incluídas na consolidação das contas dos respetivos grupos.

Relativamente às transações entre partes relacionadas, a 31 de dezembro de 2015, o detalhe dos saldos respetivos era o seguinte:



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '2' and various scribbles.

	Ano 2015	Ano 2014
Passivo		
Fornecedores C/C		
FCC Aqualia, S A Sucursal em Portugal	1 493.508,09 €	363 544,14 €
<i>(Transações relativas a Trabalhos Especializados. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S A	817.508,23 €	188 346,88 €
<i>(Transações relativas a Trabalhos Especializados. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Acionistas/Sócios		
FCC Aqualia, S.A	3 573 000,00 €	3 573 000,00 €
<i>(Transações relativas a empréstimos abrigo do contrato de suprimentos assinado entre as partes)</i>		
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.	2 402.000,00 €	2 402.000,00 €
<i>(Transações relativas a empréstimos abrigo do contrato de suprimentos assinado entre as partes)</i>		
Fornecedores de Investimentos		
HIDC - Hidro-Investimentos do Centro	927 857,76 €	641 552,48 €
<i>(Transações relativas a aquisição de imobilizado. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Outros devedores e credores		
HIDC Hidro Investimentos do Centro	0,00 €	0,00 €
<i>(Transações relativas a aquisição de imobilizado. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
FCC Aqualia, S A	1 141 769,51 €	298 781,15 €
<i>(Transações relativas ao juros de empréstimos cobrados ao abrigo do contrato de suprimentos assinado entre as partes. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S A	623.072,43 €	134 921,00 €
<i>(Transações relativas ao juros de empréstimos cobrados ao abrigo do contrato de suprimentos assinado entre as partes. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Total	10 978 716,02 €	7.602.146,65 €



H
W
H
G
H

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A sociedade, em 2014, e para uniformização dos critérios do Grupo FCC Aqualia, procedeu à contabilização em Ativo Fixos Intangíveis firme, a total dos investimentos a efetuar de acordo com o contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2014
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	44 528,95 €	0,00 €	(4 580,00) €	49.108,95 €
Equipamento de transporte	7.366,17 €	0,00 €	0,00 €	7.366,17 €
Equipamento administrativo	58 975,31 €	0,00 €	4 580,00 €	54 395,31 €
Total	110.870,43 €	0,00 €	(0,00) €	110.870,43 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	50 904,32 €	3 167,47 €	(7 390,82) €	40 346,03 €
Equipamento de transporte	7.366,17 €	1.046,38 €	0,00 €	8.319,79 €
Equipamento administrativo	38.636,34 €	4 101,41 €	7.390,82 €	41 925,75 €
Total	96.906,83 €	8.315,26 €	(0,00) €	88.591,57 €
Saldo líquido	13.963,60 €	(8.315,26) €	(0,00) €	22.278,86 €

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e Reavaliações	Ajustes	Saldo em 31.12.2014
Ativos intangíveis				
em Firme	20 320 700,13 €	0,00 €	0,00 €	20 320.700,13 €
em Curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	20.320.700,13 €	0,00 €	0,00 €	20.320.700,13 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Ativos intangíveis				
em Firme	3.373.597,63 €	567 579,61 €	(414,33) €	2 805 603,69 €
Total	3.373.597,63 €	567.579,61 €	(414,33) €	2.805.603,69 €
Saldo líquido	16.947.102,50 €	(567.579,61) €	414,33 €	17.515.096,44 €



As provisões registadas são referentes, ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, se encontra em falta efetuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contatualizado, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2015	Ano 2014
Saldo inicial	5 713.301,42 €	6 346 981,90 €
Aumentos	0,00 €	0,00 €
Diminuições (Nota 17)	(570 205,73) €	(633 680,48) €
Total	5.143.095,69 €	5.713.301,42 €

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe da rubrica de impostos diferidos a 31 de dezembro de 2015, e de acordo com as diferenças temporárias que lhe deram origem, era o seguinte:

	Ano 2015		Ano 2014	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	195.179,88 €	0,00 €	153.078,74 €	0,00 €
Efeitos na demonstração de resultados				
Aumento/(Utilização) de prejuízos fiscais reportáveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais	68 412,47 €	0,00 €	42 101,14 €	0,00 €
Outros efeitos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total dos efeitos na demonstração de resultados	68.412,47 €	0,00 €	42.101,14 €	0,00 €
Efeitos em capitais próprios				
Justo valor	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros efeitos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total dos efeitos nos capitais próprios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Saldo final	263.592,35 €	0,00 €	195.179,88 €	0,00 €

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2015 a conta de estado e outros entes públicos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	25 485,60 €	82 057,30 €
Retenção de impostos sobre o rendimento	44 455,07 €	44.455,07 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	117 815,03 €	86 681,57 €
Outros impostos	0,00 €	154,43 €
Total	187.755,70 €	213.348,37 €



H

H
M
A
/

	Ano 2015	Ano 2014
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	48 379,68 €	0,00 €
Retenção de impostos sobre o rendimento	28 289,22 €	9 118,10 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00 €	0,00 €
Contribuições para a segurança social	8 150,69 €	7 406,70 €
Outros impostos	0,00 €	0,00 €
Total	84.819,59 €	16.524,80 €

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

A rubrica Clientes C/C reflete o valor em dívida dos consumidores finais a 31 de dezembro de 2015.

	Ano 2015	Ano 2014
Clientes		
Clientes C/C	381 067,55 €	676.380,11 €
Perdas por imparidade acumuladas	(51.732,92) €	0,00 €
Total	329.334,63 €	676.380,11 €

A 31 de dezembro de 2015, a rubrica de outras contas a receber apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Outras contas a receber		
Pessoal	0,00 €	0,00 €
Adiantamentos a fornecedores	0,00 €	2.048,51 €
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00 €	0,00 €
Estimativa de produção pendente de faturação (1)	88 276,44 €	109 772,61 €
Protocolo de ajustamento temporário (nota 3.10)	0,00 €	0,00 €
Outros valores a receber	0,00 €	0,00 €
Devedores e credores diversos	28.666,55 €	18 330,00 €
Total	116.942,99 €	130.151,12 €

(1) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas que respeitam ao desfazimento temporal, entre a faturação e a contagem real do consumo efectuados

10. DIFERIMENTOS

A 31 de dezembro de 2015, a rubrica de diferimentos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	29 667,62 €	29.667,84 €
Total	29.667,62 €	29.667,84 €



H
W
A

*

11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2015 e a reconciliação entre esse valor e o montante de caixa e equivalentes de caixa constante da demonstração da posição financeira nessa data era:

	Ano 2015	Ano 2014
Caixa	3.539,20 €	5.500,00 €
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	116.887,57 €	31.455,80 €
Caixa Geral de Depósitos	1.072.931,70 €	553.501,92 €
Depósitos a prazo		
Banco Espírito Santo	0,00 €	0,00 €
Total	1.193.358,47 €	580.457,72 €

12. FINANCIAMENTOS

As dívidas a instituições de crédito e sociedades financeiras, correntes e não correntes, decompunham-se, à data de 31 de dezembro de 2015, da seguinte forma:

	Ano 2015	Ano 2014
Acionistas/Sócios		
Empréstimos concedidos		
FCC Aqualia, S.A	3.573.000,00 €	3.573.000,00 €
Lena Ambiente Gestão de Resíduos, S.A.	2.402.000,00 €	2.402.000,00 €
Total	5.975.000,00 €	5.975.000,00 €

Nota: O valor apresentado na rubrica de Acionistas/sócios diz respeito a um empréstimo corrente das casa-mães, com vencimento anual a 31 de Dezembro de cada ano e renovações sucessivas. Este financiamento está neste momento negociada à taxa de juro de 5.00% acrescida de Euribor a 3 meses.

13. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

A rubrica de fornecedores de conta corrente reflete as faturas em aberto, a pagar a fornecedores diversos, à data de 31 de dezembro de 2015, sendo o seu detalhe o seguinte:

	Ano 2015	Ano 2014
Fornecedores		
Fornecedores C/C	2.561.127,32 €	2.107.820,87 €
Total	2.561.127,32 €	2.107.820,87 €

A 31 de dezembro de 2015, o detalhe da rubrica de outras contas a pagar (decomposto entre passivo não corrente e passivo corrente), era o seguinte:

	Ano 2015	Ano 2014
Passivo não corrente		
Outras contas a pagar		
Relativas a investimentos reversíveis - Retribuição a pagar (nota 3.1 e 3.10)	0,00 €	673.689,21 €
Total	0,00 €	673.689,21 €



H
H
H
H
H

	Ano 2015	Ano 2014
Passivo corrente		
Fornecedores de investimentos	1.602.431,76 €	1.190.769,39 €
Credores por acréscimos de gastos	71.137,36 €	188.169,42 €
Credores diversos	1.212.621,12 €	1.676.586,88 €
Adiantamento de clientes	20.265,80 €	22.556,11 €
Investimentos Reversíveis - Canon a Pagar (nota 3.1 e 3.10)	623.072,43 €	0,00 €
Total	3.529.528,47 €	3.078.081,80 €

14. CAPITAL PRÓPRIO

Capital

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 370.000 ações com o valor nominal de 5 Euro cada.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 15 de abril de 2015, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de -111.616,50 Euros, foi transferido para a rubrica de resultados transitados.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 7 de julho de 2014, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de 387.228,64 Euros, foi transferido para a rubrica de resultados transitados.

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de vendas e prestações de serviços apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Vendas	2.720.522,96 €	1.818.755,50 €
Serviços prestados	87.990,87 €	847.851,18 €
Subcontratos (2)	570.205,51 €	633.680,48 €
Total	3.378.719,34 €	3.300.287,16 €

(2) Corresponde à componente de prurventus reconciliados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3

16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

A 31 de dezembro de 2015 o detalhe da conta de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas é o seguinte:



Handwritten notes in blue ink: 'H S A' and a signature.

	Ano 2015	Ano 2014
Matérias primas		
Existências iniciais	55.425,15 €	61.714,77 €
Compras	126.097,97 €	72.910,14 €
Existências finais	(48.606,82) €	(55.425,15) €
Total	132.916,30 €	79.199,76 €

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A 31 de dezembro de 2015, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Subcontratos	41.268,21 €	60.650,05 €
Subcontratos (2)	570.205,51 €	633.680,48 €
Serviços especializados	799.618,28 €	789.748,56 €
Materiais	13.843,66 €	7.629,26 €
Energia e fluidos	188.377,89 €	197.220,14 €
Deslocações, estadas e transportes	14.690,71 €	8.366,65 €
Serviços diversos	197.086,50 €	149.596,09 €
Total	1.825.090,76 €	1.846.891,23 €

(2) Corresponde à componente de custos reconciliados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

18. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de custos com o pessoal apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Remunerações	304.629,47 €	306.940,59 €
Encargos sociais	69.014,11 €	69.272,82 €
Seguros de acidentes de trabalho	4.119,68 €	5.261,85 €
Gastos de ação social (SHT)	1.045,20 €	4.952,63 €
Outros gastos com o pessoal	13.642,15 €	15.275,54 €
Total	392.450,61 €	401.703,23 €

Nota: O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2015 de 23 pessoas.

19. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de outros rendimentos e ganhos apresentava a seguinte decomposição:



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a checkmark, the letter 'H', and a signature.

	Ano 2015	Ano 2014
Recuperação dívidas a receber	0,00 €	3 558,26 €
Reversão imparidade	40 228,19 €	0,00 €
Juros de mora cobrados	0,00 €	3 586,09 €
Correções relativas a períodos anteriores	0,00 €	1 760,55 €
Outros rendimentos e ganhos	4 267,39 €	1 514,48 €
Total	44.495,58 €	10.419,38 €

20. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de outros gastos e perdas apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2015	Ano 2014
Impostos e taxas	18.127,56 €	14.330,52 €
Dívidas incobráveis	40.228,19 €	0,00 €
Perdas por imparidade	51.732,92 €	12.190,80 €
Donativos	0,00 €	1 000,00 €
Multas e penalidades	0,00 €	1 646,76 €
Serviços bancários	57 399,58 €	4 607,53 €
Smistros e franquias	0,00 €	2 375,08 €
Juros de mora	21,23 €	1 255,06 €
Juros compensatórios	0,00 €	0,00 €
Correções relativas a períodos anteriores	0,00 €	9 874,92 €
Outros gastos e perdas	9 627,15 €	7 121,70 €
Total	177.136,63 €	64.401,37 €

O valor registado no ano 2015 em perdas por imparidade de dívidas a receber somou 51.732,92 euros e 12.190,80 euros para o ano 2014, e está registado nos "Outros gastos e perdas".

21. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Em 31 de dezembro de 2015, o detalhe da rubrica de gastos/reversões de depreciação e de amortização era o seguinte:

	Ano 2015	Ano 2014
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento básico	3.167,47 €	6 396,65 €
Equipamento de transporte	1 046,38 €	1 841,54 €
Equipamento administrativo	4.101,41 €	5 950,34 €
Ativos intangíveis		
Outros ativos intangíveis (Canon)	278 146,49 €	277 769,05 €
Outros ativos intangíveis (Reversíveis)	289.847,45 €	289 810,56 €
Total	576.209,20 €	581.788,14 €



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and some illegible scribbles.

22. RESULTADOS FINANCEIROS

A rubrica de resultados financeiros apresentava no período findo em 31 de dezembro de 2015 a seguinte composição:

	Ano 2015	Ano 2014
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	298.115,86 €	431.404,58 €
Juros efetivos do passivo financeiro (5) (nota 3.10)	16.309,44 €	32.043,35 €
Total	314.425,30 €	463.447,93 €
Resultados financeiros	(314.425,30) €	(463.447,93) €

(5) Passivo financeiro registado ao custo amortizado.

23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependo do município onde opera. No Município do Cartaxo, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 22,5%.

Para o exercício de 2015, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

Em 2014, foram ainda alteradas as regras de dedução de prejuízos fiscais reportáveis ("PFR"). O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 passou para doze períodos de tributação (este prazo é de cinco anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2012 e 2013, quatro anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores).



Handwritten blue ink marks and signatures in the top right corner.

Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração de resultados, no período findo em 31 de dezembro de 2015, apresenta o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Resultado líquido do período (expurgado do impacto do imposto diferido)	4 886,13 €	(153 717,65) €
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	289.810,54 €	289.810,54 €
Donativos	0,00 €	1 000,00 €
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros		37.012,52 €
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	0,00 €	1 645,76 €
Correções relativas a períodos anteriores	0,00 €	9.874,92 €
Outros custos a acrescentar	3 177,72 €	3 301,54 €
Créditos incobráveis	40.228,19 €	18 117,89 €
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(94.965,26) €	(86 493,58) €
Reversão imparidade	(40 228,19) €	
Lucro tributável	202.909,13 €	120.551,84 €
Prejuízos reportados de anos anteriores 2008	0,00 €	
Prejuízos reportados de anos anteriores 2009	0,00 €	0,00 €
Prejuízos reportados de anos anteriores 2010	0,00 €	0,00 €
Prejuízos reportados de anos anteriores 2011	0,00 €	0,00 €
Prejuízos reportados de anos anteriores 2012	0,00 €	0,00 €
Matéria colectável	202.909,13 €	120.551,84 €
Imposto à taxa de 21,00%	42.010,92 €	26 826,95 €
Pagamento especial por conta		
Retenções na fonte	0,00 €	0,00 €
Pagamento por conta	25.485,60 €	119 069,82 €
IRC a pagar	16.525,32 €	(92.242,87) €
Derrama	3 043,64 €	1 808,28 €
Tributações autónomas	3 325,12 €	8 377,28 €
Total a pagar	22.894,08 €	(82.057,32) €
Imposto do período	48.379,68 €	37.012,50 €
<i>Resultado antes do impacto do imposto diferido ativo</i>	4.886,13 €	(116.705,13) €
<i>Imposto diferido ativo (2741 / 8122)</i>	68.412,47 €	42.101,14 €
<i>Imposto do período com impacto do imposto diferido ativo no resultado</i>	20.032,79 €	5.088,62 €
<i>Resultado após impacto do imposto diferido ativo</i>	24.918,92 €	(111.616,52) €

21
FL
✗

24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Ativos contingentes

À data de 31 de dezembro de 2015, não existiam na Cartágua ativos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

Passivos contingentes, garantias e compromissos

Foram prestadas pelas seguintes entidades, garantias bancárias à Câmara Municipal de Cartaxo, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas no contrato celebrado com aquela entidade.

	Ano 2015	Ano 2014
FCC Aqualia, S A	180 000,00 €	180 000,00 €
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S A	120.000,00 €	120 000,00 €
Total	300.000,00 €	300.000,00 €

25. LOCAÇÕES

Locações operacionais

Foram celebrados contratos de *renting* com a empresa Rentlei nos anos 2013 e 2014, pelo período de 36 meses.

Durante os meses remanescentes prevê-se que venham a ser pagos mais 39.652,14 Euros.

26. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data de balanço não ocorreram acontecimentos relevantes que justifiquem a sua divulgação.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Handwritten blue ink marks and signatures in the top right corner, including a large stylized signature and several smaller marks.



4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da *Cartágua – Águas do Cartaxo, S.A.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 19.182.113 euros e um total de capital próprio de 1.888.542 euros, incluindo um resultado líquido de 24.919 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

SEDE | HEAD OFFICE

Av. da Liberdade, n.º 245 – 8.º A, B e C
1250-143 LISBOA - PORTUGAL
Tel. (+351) 217 271 197
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro | Center Branch

Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL
Tel. (+351) 244 822 175
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte | North Branch

Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL
Tel. (+351) 223 744 485
Fax (+351) 223 744 977



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da *Cartágua – Águas do Cartaxo, S.A.* em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 12 de abril de 2016

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação das contas da *Cartágua – Águas do Cartaxo, S.A.*, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.
2. Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa. Para o efeito, o Conselho de Administração prestou os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão, completado o exame das contas com vista à sua certificação legal.
4. **Parecer**

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos no número anterior, designadamente o que se contém na Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:
 - a) Aprove os documentos de prestação das contas do exercício de 2015, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.
5. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 12 de abril de 2016

O FISCAL ÚNICO

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056

